



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

GOVERNADORIA

AO EXPEDIENTE

Em 8/5/87
João Pessoa, de maio de 1987.

MENSAGEM Nº 012/87.

À Sua Excelência, o Senhor
Deputado **JOSÉ FERNANDES DE LIMA**
DD. Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba
NESTA



Senhor Presidente:

Honra-me, sobremaneira, submeter à consideração dos ilustres membros da Casa de Eptácio Pessoa, o anexo **PROJETO DE LEI** que concede aos Policiais Militares da ativa, **Abono Pecuniário**, pago em razão do posto ou graduação, a partir do corrente mês.

2. Com essa medida pretende o o Governo do Estado ampliar as condições de trabalho dos integrantes da Força Pública, concedendo, concomitantemente com o reajuste dos seus vencimentos em percentual linear, uma quantia mensal, a título de abono.

3. É fato sobejamente conhecido as precaríssimas condições de trabalho e até de vida da maioria das praças da Polícia Militar, jungidos a padrões de vencimentos incompatíveis com o relevante serviço prestado por eles na defesa da sociedade, onde, diuturnamente, arriscam a própria vida no cumprimento do dever. Justifica-se, pois, qualquer esforço no sentido de propiciar aos policiais militares a tranquilidade dos que se sentem valorizados e encorajados ao final de cada etapa de trabalho.

4. O **PROJETO** estende o benefício, também, aos Alunos-a-Oficial, fixando, de igual modo, os valores mensais a que farão jus.

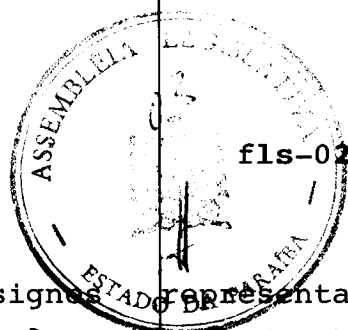
5. O **Abono Pecuniário** de que trata o **PROJETO** não será incorporável à remuneração de inatividade nem servirá de base-de-cálculo para a concessão ou pagamento de qualquer vantagem.

*



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

GOVERNADORIA



Na expectativa de que os insignes representan
tes do povo da Paraíba se mostrarão sensíveis à concessão do be
nefício, aproveito a oportunidade para re-externar a Vossa Exce
lência e a seus ilustres pares os protestos da minha mais respei
tosa consideração.

Tarcísio de Miranda Burity
TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR

Aprovado o Projeto em 13/11/24
discussão.

Sessão Extraordinária

em 13/11/24

1º SECRETÁRIO

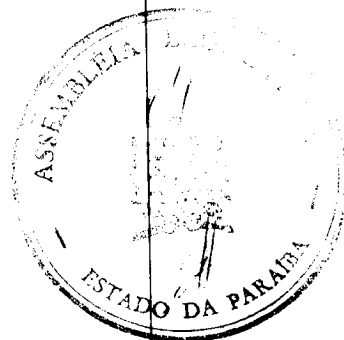
[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI Nº

22/87



Concede **Abono Pecuniário**,
em caráter especial, aos Policiais Mi-
litares - ativos - da Polícia Militar
da Paraíba, e dá outras providências.

Artigo 1º - É concedido, em caráter especial, aos
Policiais Militares do serviço ativo da Polícia Militar da Paraíba,
um **Abono Pecuniário** a ser pago em razão do Posto ou da Graduação,
nos seguintes valores:

<u>SÍMBOLO</u>	<u>V A L O R (CZ\$)</u>
PM-14	2.340,00
PM-13	2.332,00
PM-12	2.296,00
PM-11	2.120,00
PM-10	1.782,00
PM- 9	1.722,00
PM- 8	1.703,00
PM- 7	1.703,00
PM- 6	1.684,00
PM- 5	1.525,00
PM- 4	1.444,00
PM- 3	1.080,00
PM- 2	958,00
PM- 1	900,00

§ 1º - Os Alunos-a-Oficial dos 3º, 2º e 1º
anos, farão jus ao **Abono Pecuniário** nos valores concedidos, respec-
tivamente, aos símbolos PM-6, PM-5 e PM-4.

§ 2º - O **Abono Pecuniário** será pago sob a
forma de parcela autônoma dentro da remuneração dos Policiais - Mi-
litares - ativos - e não servirá de base-de-cálculo para a conces-
são ou pagamento de qualquer vantagem.

§ 3º - O **Abono Pecuniário** não é incorporável
à remuneração de inatividade.

+



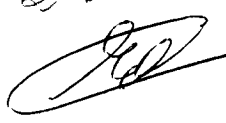
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

fls-02.

Artigo 2º - Os efeitos financeiros desta Lei são devidos a partir do mês de maio de 1987.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga os dispositivos em contrário.


TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR

*Procedimento provido
em 18.05.87
Remetido a Palácio
em 20.05.87*


Na condição de Presidente da
Comissão de Justiça, designo o
Deputado Ramalho Leite para
encetar a obra.

Presidente



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 22/87

EMENTA: Concede Abono Pecuniário, em Ca
rater especial, aos Policiais
Militares - ativos - da Polícia
Militar da Paraíba, e dá outras
providências.

AUTOR: DO GOVERNADOR DO ESTADO

RELATOR: O DEPUTADO SEVERINO RAMALHO LEITE

P A R E C E R

Vem à consideração desta Comissão de
Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei nº 22/87, de autoria
do Exmo. Sr. Governador do Estado, que concede abono pecuniário, em
carater especial, aos Policiais Militares - Ativos - da Polícia Militar
da Paraíba.

Com a medida proposta, o Chefe do Execu-
tivo paraibano pretende ampliar as condições de trabalho dos integran-
tes da força pública, concedendo, concomitantemente com o reajuste dos
seus vencimentos em percentual linear, uma quantia mensal, a título de
abono.

Como a esta Comissão só cabe opinar sob
a Constitucionalidade, Juridicidade e Legalidade da Matéria, entende
esta, que o Projeto ora sob seu exame, não fere nenhum dispositivo le-
gal ou constitucional que impeçam sua acolhida pelo douto plenário des-
ta Casa, motivos pelos quais somos inteiramente favoráveis à aprova-
ção do Projeto de Lei nº 22/87, na sua forma original.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

É o Parecer,

Sala da Comissão, em 12 de maio de 1987.

Waldemar

PRESIDENTE

alv

RELATOR

Sivan

MEMBRO

MEMBRO

MEMBRO

Aprovado o Parecer em
discussão única.
Em 13/05/87
1.º SECRETÁRIO



ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

João Pessoa - Pb.

PROJETO DE LEI Nº 22/87

Concede Abono Pecuniário, em caráter especial, aos Policiais Militares - ativo - da Polícia Militar da Paraíba, e dá outras providências.

AUTOR : O Exmº. Sr. Governador do Estado

RELATOR: O Deputado Pedro Adelson Guedes dos Santos

P A R E C E R

É submetido à apreciação desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, na forma regimental, o Projeto de Lei nº 22/87, originário de Mensagem do Exmº. Sr. Governador do Estado, solicitando autorização legislativa para a concessão de abono pecuniário aos Policiais Militares da ativa.

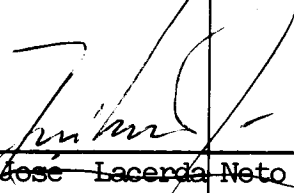
Com essa medida pretende o Governo do Estado ampliar as condições de trabalho dos integrantes da Força Pública, concedendo, concomitantemente com o reajuste dos seus vencimentos em percentual linear, uma quantia mensal, a título de abono.

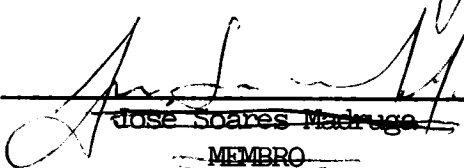
A proposição governamental preenche as normas legais de administração financeira e, em assim sendo, entende esta Comissão, através deste Relator, que a proposta é justa e pelas razões expostas, conclui pela aprovação do Projeto de Lei, na forma como foi enviado a esta Assembléia Legislativa.

É o nosso parecer.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, em João Pessoa, 12 de maio de 1987.


Pedro Adelson Guedes dos Santos
PRESIDENTE - RELATOR


José Lacerda Neto
VICE-PRESIDENTE


José Soares Madruga
MEMBRO

Aprovado o Parecer em
discussão única.
Em 13/05/87
SECRETÁRIO

ESTADO DA PARAIBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE REPRESENTAÇÃO

João Pessoa, 19

PROJETO DE LEI Nº 22/87

Concede Abono Pecuniário, em caráter especial, aos Policiais Militares - ativos - da Polícia Militar da Paraíba, e das demais providências.

AUTOR : O Exmº Sr. Governador do Estado
RELATOR: O Deputado Pedro Abelson Guedes dos Santos

P A R E C E R

É submetido à apreciação desta Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, na forma regimental, o Projeto de Lei nº 22/87, originário de Mensagem do Exmº Sr. Governador do Estado, solicitando autorização legislativa para a concessão de abono pecuniário aos Policiais Militares da ativa.

Com essa medida pretende o Governo do Estado ampliar as condições de trabalho dos integrantes da Força Pública, concedendo, concomitantemente com o restabelecimento dos seus vencimentos em percentual linear, um quantum mensal, a título de abono.

A proposição governamental preenche as normas legais de administração financeira e, em assim sendo, entende esta Comissão, através deste Relator, que a proposta é justa e pelas razões expostas, conclui pela aprovação do Projeto de Lei, na forma como foi enviado a esta Assembleia Legislativa.

É o nosso parecer.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas, em João Pessoa, 12 de maio de 1987.

Pedro Abelson Guedes dos Santos
PRESIDENTE - RELATOR

João Jacinto Neto
VICE-PRESIDENTE

APROVADO O PARECER EM
DISCUSSÃO ÚNICA
Em 12 de maio de 1987
SECRETÁRIO

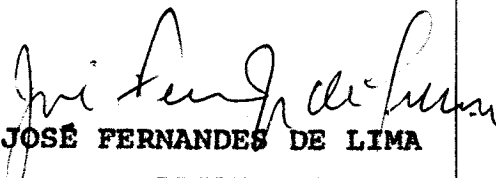
GP/Ofício nº 266/87
mba.

Em 15 de maio de 1987.

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Ex^{cel}ência para fins Constitucionais , o Projeto de Lei nº 22/87 , aprovado por esta Assembléia Legislativa em sessão realizada no dia 13 do corrente o qual "Concede Abono Pecuniário, em caráter especial, aos Policiais Militares - ativos - da Polícia Militar da Paraíba, e dá outras providências".

Na oportunidade apresento a Vossa Exce^lência meus protestos de elevada consideração.


JOSÉ FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
DR. TARCISIO DE MIRANDA BURITI
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
Palácio dos Despachos
N E S T A /



PROJETO DE LEI Nº 22/87

Concede Abono Pecuniário ,
em caráter especial, aos Poli
ciais Militares - ativos - da Po
lícia Militar da Paraíba, e dá ou
tras providências.

Artigo 1º - É concedido, em caráter especial,
aos Policiais Militares do serviço ativo da Polícia Militar da PPa
raíba, um Abono Pecuniário a ser pago em razão do Posto ou da Gra
duação, nos seguintes valores:

<u>SÍMBOLO</u>	<u>VALOR (Cz\$)</u>
PM-14	2.340,00
PM-13	2.332,00
PM-12	2.296,00
PM-11	2.120,00
PM-10	1.782,00
PM-9	1.722,00
PM-8	1.703,00
PM-7	1.703,00
PM-6	1.684,00
PM-5	1.525,00
PM-4	1.444,00
PM-3	1.080,00
PM-2	958,00
PM-1	900,00

§ 1º - Os Alunos-a-Oficial dos 3º, 2º e 1º
anos, farão jus ao Abono Pecuniário nos valores concedidos, res
pecivamente, aos símbolos PM-6, PM-5 e PM-4.



§ 2º - O Abono Pecuniário será pago sob a forma de parcela autônoma dentro da remuneração dos Policiais - Militares - ativos - e não servirá de base-de-cálculo para a concessão ou pagamento de qualquer vantagem.

§ 3º - O Abono Pecuniário não é incorporável à remuneração de inatividade.

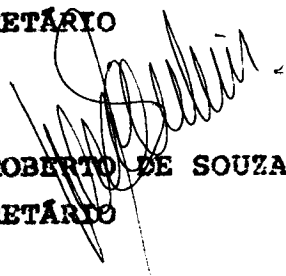
Artigo 2º - Os efeitos financeiros desta Lei são devidos a partir do mês de maio de 1987.

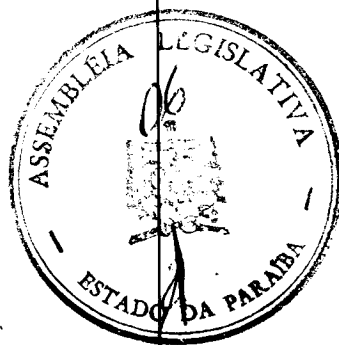
Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga os dispositivos em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 15 de maio de 1987.


JOSE FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE


MOYSIO PEREIRA LIMA
1º SECRETÁRIO


ANTONIO ROBERTO DE SOUZA PAULINO
2º SECRETÁRIO



Registrado no Livro de Menário
às Fls. 12 Sob No 22/87
EM, 11 / 05 / 19 87

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 11/05/87
de 19 ____
EM, ____ / ____ / 19 ____

1º SECRETÁRIO

certifico que a presente proposição
constou da pauta durante 05 dias

Em ____ / ____ / ____

1º SECRETÁRIO

A Coordenadoria das Comissões
Técnicas.

EM, 11 / 05 / 19 87

A Comissão da Constituição, Legis-
lação e Justiça.

Em 11 / 05 / 19 87

1º SECRETÁRIO

A Comissão de Finanças, Orçamen-
to e Tomada de Contas.

EM, ____ / ____ / 19 ____

1º SECRETÁRIO

REMESSA
Remetido nesta data ao Sr. Presidente
de Com. de Just. e Financ.
Em 11 de 5 de 19 87
Dr.ª Suely Fernandes M. de Aquino
Coordenadora das Comissões Técnicas

R E C E B I

Recebi, nesta data, o presente projeto de
lei n.º 22/87

Em, 12 de 5 de 19 87

Sac. das Comissões
Dr.ª Suely Fernandes M. de Aquino
Coordenadora das Comissões Técnicas



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

GOVERNADORIA

AO EXPEDIENTE

Em

8/5/87
João Pessoa, de maio de 1987.

MENSAGEM Nº 012/87.

À Sua Excelência, o Senhor
Deputado JOSÉ FERNANDES DE LIMA
DD. Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba
NESTA

Senhor Presidente:

Honra-me, sobremaneira, submeter à consideração dos ilustres membros da Casa de Eptácio Pessoa, o anexo PROJETO DE LEI que concede aos Policiais Militares da ativa, Abono Pecuniário, pago em razão do posto ou graduação, a partir do corrente mês.

2. Com essa medida pretende o o Governo do Estado ampliar as condições de trabalho dos integrantes da Força Pública, concedendo, concomitantemente com o reajuste dos seus vencimentos em percentual linear, uma quantia mensal, a título de abono.

3. É fato sobejamente conhecido as precaríssimas condições de trabalho e até de vida da maioria das praças da Polícia Militar, jungidos a padrões de vencimentos incompatíveis com o relevante serviço prestado por eles na defesa da sociedade, onde, diuturnamente, arriscam a própria vida no cumprimento do dever. Justifica-se, pois, qualquer esforço no sentido de proporcionar aos policiais militares a tranqüilidade dos que se sentem valorizados e encorajados ao final de cada etapa de trabalho.

4. O PROJETO estende o benefício, também, aos Alunos-a-Oficial, fixando, de igual modo, os valores mensais a que farão jus.

5. O Abono Pecuniário de que trata o PROJETO não será incorporável à remuneração de inatividade nem servirá de base-de-cálculo para a concessão ou pagamento de qualquer vantagem.

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

fls-02.

Na expectativa de que os insígnies representantes do povo da Paraíba se mostrarão sensíveis à concessão do benefício, aproveito a oportunidade para re-externar a Vossa Excelência e a seus ilustres pares os protestos da minha mais respeitosa consideração.

Tarcísio de Miranda Burity
TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI Nº

22/87

validos a partir da data de publicação.

Artigo 3º - Concede Abono Pecuniário, em caráter especial, aos Policiais Militares - ativos - da Polícia Militar da Paraíba, e dá outras providências.

Artigo 1º - É concedido, em caráter especial, aos Policiais Militares do serviço ativo da Polícia Militar da Paraíba, um Abono Pecuniário a ser pago em razão do Posto ou da Graduação, nos seguintes valores:

<u>SÍMBOLO</u>	<u>V A L O R (CZ\$)</u>
PM-14	2.340,00
PM-13	2.332,00
PM-12	2.296,00
PM-11	2.120,00
PM-10	1.782,00
PM- 9	1.722,00
PM- 8	1.703,00
PM- 7	1.703,00
PM- 6	1.684,00
PM- 5	1.525,00
PM- 4	1.444,00
PM- 3	1.080,00
PM- 2	958,00
PM- 1	900,00

§ 1º - Os Alunos-a-Oficial dos 3º, 2º e 1º anos, farão jus ao Abono Pecuniário nos valores concedidos, respectivamente, aos símbolos PM-6, PM-5 e PM-4.

§ 2º - O Abono Pecuniário será pago sob a forma de parcela autônoma dentro da remuneração dos Policiais - Militares - ativos - e não servirá de base-de-cálculo para a concessão ou pagamento de qualquer vantagem.

§ 3º - O Abono Pecuniário não é incorporável à remuneração de inatividade.

[Handwritten signature]



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

fls-02.

Artigo 2º - Os efeitos financeiros desta Lei são devidos a partir do mês de maio de 1987.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga os dispositivos em contrário.


TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR

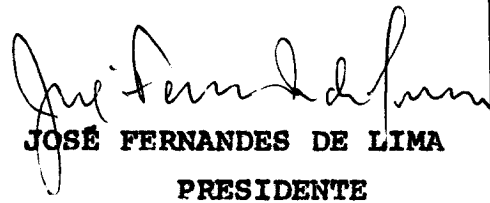
GP/Ofício nº 266/87
mba.

Em 15 de maio de 1987.

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para fins Constitucionais, o Projeto de Lei nº 22/87, aprovado por esta Assembleia Legislativa em sessão realizada no dia 13 do corrente o qual "Concede Abono Pecuniário, em caráter especial, aos Policiais Militares - ativos - da Polícia Militar da Paraíba, e dá outras providências".

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.


JOSÉ FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
DR. TARCISIO DE MIRANDA BURITI
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
Palácio dos Despachos
N E S T A /





PROJETO DE LEI Nº 22/87

Concede Abono Pecuniário ,
em caráter especial, aos Poli
ciais Militares - ativos - da Po
lícia Militar da Paraíba, e dá ou
tras providências.

Artigo 1º - É concedido, em caráter especial,
aos Policiais Militares do serviço ativo da Polícia Militar da PPa
raíba, um Abono Pecuniário a ser pago em razão do Posto ou da Gra
duação, nos seguintes valores:

<u>SÍMBOLO</u>	<u>VALOR (Cz\$)</u>
PM-14	2.340,00
PM-13	2.332,00
PM-12	2.296,00
PM-11	2.120,00
PM-10	1.782,00
PM-9	1.722,00
PM-8	1.703,00
PM-7	1.703,00
PM-6	1.684,00
PM-5	1.525,00
PM-4	1.444,00
PM-3	1.080,00
PM-2	958,00
PM-1	900,00

§ 1º - Os Alunos-a-Oficial dos 3º, 2º e 1º
anos, farão jus ao Abono Pecuniário nos valores concedidos, res
pecivamente, aos símbolos PM-6, PM-5 e PM-4.






§ 2º - O Abono Pecuniário será pago sob a forma de parcela autônoma dentro da remuneração dos Policiais - Militares - ativos - e não servirá de base-de-cálculo para a concessão ou pagamento de qualquer vantagem.

§ 3º - O Abono Pecuniário não é incorporável à remuneração de inatividade.

Artigo 2º - Os efeitos financeiros desta Lei são devidos a partir do mês de maio de 1987.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga os dispositivos em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 15 de maio de 1987.


JOSE FERNANDES DE LIMA
PRESIDENTE


ALOYSIO PEREIRA LIMA
1º SECRETÁRIO


ANTONIO ROBERTO DE SOUZA PAULINO
2º SECRETÁRIO



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

AO EXPEDIENTE

Em 8/5/87
João Pessoa, de maio de 1987.

MENSAGEM Nº 012/87.

À Sua Excelência, o Senhor
Deputado JOSÉ FERNANDES DE LIMA
DD. Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba
NESTA

Senhor Presidente:

Honra-me, sobremaneira, submeter à consideração dos ilustres membros da Casa de Epitácio Pessoa, o anexo PROJETO DE LEI que concede aos Policiais Militares da ativa, Abono Pecu
niário, pago em razão do posto ou graduação, a partir do corrente mês.

2. Com essa medida pretende o o Governo do Estado ampliar as condições de trabalho dos integrantes da Força Públi
ca, concedendo, concomitantemente com o reajuste dos seus venci
mentos em percentual linear, uma quantia mensal, a título de abo
no.
3. É fato sobejamente conhecido as precaríssimas condições de trabalho e até de vida da maioria das praças da Po
lícia Militar, jungidos a padrões de vencimentos incompatíveis com o relevante serviço prestado por eles na defesa da sociedade, onde, diuturnamente, arriscam a própria vida no cumprimento do dever. Justifica-se, pois, qualquer esforço no sentido de propi
ciar aos policiais militares a tranqüilidade dos que se sentem va
lorizados e encorajados ao final de cada etapa de trabalho.
4. O PROJETO estende o benefício, também, aos Alu
nos-a-Oficial, fixando, de igual modo, os valores mensais a que farão jus.
5. O Abono Pecuuniário de que trata o PROJETO não será incorporável à remuneração de inatividade nem servirá de ba
se-de-cálculo para a concessão ou pagamento de qualquer vantagem.

*



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

fls-02.

Na expectativa de que os insignes representantes do povo da Paraíba se mostrarão sensíveis à concessão do benefício, aproveito a oportunidade para re-externar a Vossa Excelência e a seus ilustres pares os protestos da minha mais respeitosa consideração.


TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI Nº

22/87



Concede Abono Pecuniário,
em caráter especial, aos Policiais Mi-
litares - ativos - da Polícia Militar
da Paraíba, e dá outras providências.

Artigo 1º - É concedido, em caráter especial, aos Policiais Militares do serviço ativo da Polícia Militar da Paraíba, um **Abono Pecuniário** a ser pago em razão do Posto ou da Graduação, nos seguintes valores:

<u>SÍMBOLO</u>	<u>VALOR (CZ\$)</u>
PM-14	2.340,00
PM-13	2.332,00
PM-12	2.296,00
PM-11	2.120,00
PM-10	1.782,00
PM- 9	1.722,00
PM- 8	1.703,00
PM- 7	1.703,00
PM- 6	1.684,00
PM- 5	1.525,00
PM- 4	1.444,00
PM- 3	1.080,00
PM- 2	958,00
PM- 1	900,00

§ 1º - Os Alunos-a-Oficial dos 3º, 2º e 1º anos, farão jus ao **Abono Pecuniário** nos valores concedidos, respectivamente, aos símbolos PM-6, PM-5 e PM-4.

§ 2º - O **Abono Pecuniário** será pago sob a forma de parcela autônoma dentro da remuneração dos Policiais - Militares - ativos - e não servirá de base-de-cálculo para a concessão ou pagamento de qualquer vantagem.

§ 3º - O **Abono Pecuniário** não é incorporável à remuneração de inatividade.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
GOVERNADORIA

fls-02.

Artigo 2º - Os efeitos financeiros desta Lei são devidos a partir do mês de maio de 1987.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga os dispositivos em contrário.


TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY
GOVERNADOR





Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 21 Sob No. 22/87
EM, 11 / 05 / 19 87

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia 11/05/87
de 19.....
EM / / 19

1º SECRETÁRIO

Certifico que a presente proposição
constou da pauta durante 05 dias
Em / /

1º SECRETÁRIO

À Coordenadoria das Comissões
Técnicas.
EM, / / 19

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.
Em / / 19

1º SECRETÁRIO

À Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.
EM, / / 19

1º SECRETÁRIO

REMESSA
Remetido nesta data ao Sr. Presidente
da Comissão de Finanças
Em 11 de 05 de 1987
Dr. Suelly Fernandes
Coordenadora das Comissões Técnicas

R E C E B I

Recebi, nesta data, o presente projeto de
lei n.º 22/87
Em, 11 de 5 de 19 87

[Assinatura]
Sra. das Comissões Técnicas
Dr. Suelly Fernandes
Coordenadora das Comissões Técnicas